

Índice

O sistema financeiro sob a lupa ética	1
A Universidade não tem o monopólio do ensino superior	2
"La identidad cultural no existe"	4

O sistema financeiro sob a lupa ética

A Igreja católica entrou, mais uma vez, em temas económicos delicados ou controversos com um documento elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé e também pelo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, ("[Oeconomicae et pecuniariae questiones](#)"), "Algumas questões atuais de natureza económica e financeira".

O documento aborda várias dimensões. A primeira trata dos fundamentos. Falar de questões económicas é falar de condutas de pessoas que têm consequências para pessoas. Portanto, tem a ver com como se entende o que é a pessoa e como se relaciona com os outros. A ciência económica que se explica nas nossas universidades tem uma visão parcial do que é o homem; portanto, é lógico que as suas recomendações nem sempre coincidam com as da Igreja, que fomenta "a promoção integral de cada indivíduo, de cada comunidade humana e de todas as pessoas" (n. 2).

Por exemplo, se o objetivo da empresa é a maximização do lucro, o trabalho é somente um custo que deve ser minimizado porque "se converte em 'instrumento' e o dinheiro [o lucro], de meio, transforma-se em 'fim'" (n. 15). A consequência disto é "essa 'cultura do descarte'... que marginalizou grandes massas de população" (n. 15) e, de facto, negou a dignidade da pessoa que trabalha, a qual é um dos pilares da doutrina social da Igreja. E isto disseram-no também muitos especialistas, crentes ou não.

Quer isto dizer que o documento propõe a proibição do despedimento ou o aumento generalizado dos salários? Não: o que propõe é que ampliemos a nossa maneira de entender a

pessoa. Os critérios económicos, como o de eficiência, continuam a ser válidos, mas já não são os únicos, tendo de ter em conta "alguns princípios éticos claros" (n. 3), que não são códigos estabelecidos pelos políticos ou pelos especialistas, derivando sim daquele modo de entender a pessoa, porque "nenhum espaço no qual o homem atua, pode legitimamente estar isento ou permanecer impermeável a uma ética baseada na liberdade, na verdade, na justiça e na solidariedade" (n. 4).

Mas não podemos passar o dia a discutir os fundamentos: no momento de atuar, necessitamos de princípios éticos que são "expressão de uma sabedoria moral comum" (n. 3). Esse é o "fundamento ético claro, que garante ao bem-estar alcançado essa qualidade humana de relações que os mecanismos económicos, por si sós, não podem produzir" (n. 1). Este é o segundo nível, o da ética.

O terceiro nível é o da descrição e interpretação dos problemas atuais no âmbito financeiro. Neste ponto, o documento não é inovador, recolhendo o que disseram muitos especialistas ao longo dos anos, principalmente em resultado da crise financeira. Evidentemente, parece-me que aquilo que motiva o documento é que a resposta a essa crise, que "era uma oportunidade para desenvolver uma nova economia mais atenta aos princípios éticos", foi curta, e "embora tenham sido realizados muitos esforços positivos... não houve nenhuma reação que tenha levado a repensar os critérios obsoletos que continuam a governar o mundo" (n. 5). Ou seja, os problemas continuam a existir, porque as causas de fundo, antropológicas e éticas, continuam também presentes. E a Igreja pede-nos que reflitamos sobre estes temas, para que não tropeçemos outra vez com a mesma pedra.

Esta parte de descrição e interpretação, que passa em revista os principais problemas no âmbito financeiro (nn. 18-33), será,

sem dúvida, discutida por alguns, que preferirão outras versões. Em todo o caso, é um bom elenco do que disseram os especialistas sobre os problemas económicos e financeiros das nossas sociedades, e inclui aquelas dimensões antropológicas, teológicas e éticas que são o que a Igreja traz para estes debates:

— O aspeto positivo da atividade humana, igualmente a financeira (n. 8).

— A necessidade de entender que o ser humano se desenvolva nas suas relações com os outros, e não apenas como um consumidor (n.10).

— A necessidade de introduzir novas dimensões à conduta humana, como a gratuidade (n. 11).

— A conveniência de valorizar a atividade humana não só pela produção de bens e serviços, como pela promoção integral da pessoa (n. 10).

— O papel do mercado e a necessidade de dotá-lo de bases jurídicas, culturais e morais sólidas (n. 13).

— A importância da liberdade de iniciativa e a denúncia do risco de que o poder de mercado se converta em poder político e em abuso (n. 12).

— A necessidade de enfrentar a assimetria de informação, não só como um desafio para o regulador, mas como uma causa de "imoralidade próxima" para as entidades financeiras (n. 14).

— O perigo de que a especulação legítima se converta num risco sistémico (nn. 15 e 17).

— A importância de que a atividade financeira esteja ao serviço da economia real (n. 16); etc.

A última dimensão do documento que quero assinalar é a das recomendações para a ação: porque o seu objetivo não é só denunciar e consciencializar, mas, sobretudo, promover a mudança na ação concreta "dos operadores competentes e responsáveis" (n. 6), que serão os Estados, mas também as empresas (n. 23) e todas as pessoas, pois, mesmo que possamos "pensar que, com as nossas pobres forças, não podemos fazer muito... na realidade, cada um de nós pode fazer muito, especialmente se não ficar sozinho" (n. 34). Mais uma vez, esta dimensão não é inovadora, mas acolhe as opiniões de muitos especialistas. E é legítimo que cada um aceite ou não as suas recomendações. Mas parece-me que o importante é que nos abramos à reflexão e ao diálogo sobre estes temas, com uma mente aberta, humildade e vontade de agir, preocupando-nos efetivamente com as necessidades dos outros, isto é, com amor, que é "a chave de um desenvolvimento autêntico" (n. 2).

Em resumo: este é um documento para ler, reler, pensar e discutir, nas instituições financeiras, nas administrações

públicas, nos serviços de estudos e, naturalmente, "nas universidades e nas escolas de economia", para que possam proporcionar "cursos de formação que levem ao entendimento da economia e das finanças à luz da visão de um homem, não limitada a alguma das suas dimensões, e de uma ética que a expresse" (n. 10). E alegra-me confirmar que o pensamento social cristão se sente confortável com a linguagem e os problemas da economia, que deverá ser sempre a sua aliada.

Antonio Argandoña
Professor Emérito de Economia e de Ética da Empresa
IESE Business School, Universidad de Navarra

A Universidade não tem o monopólio do ensino superior

Vale a pena ir para a Universidade? Obter um título sempre melhorou as possibilidades de emprego e de salário, mesmo que o seu prémio já não seja o que era. Mas podem ser títulos de formação profissional superior, que nalguns países se estão a revalorizar.

Em princípio, os anos de educação melhoram a empregabilidade. O desemprego é sempre mais elevado entre os que não completaram o ensino secundário do que entre os universitários.

O ganho relativo em rendimentos aumenta também com o nível de ensino universitário. Os que obtêm título universitário podem ganhar em média 55 % mais do que os que só completaram o ensino secundário ("Education at a Glance, 2017"). Mesmo que não se deva esquecer que isto é uma média, e que um título em finanças será mais lucrativo do que outro em educação infantil.

De qualquer modo, a vantagem relativa dos licenciados tem vindo a diminuir à medida que aumenta o número de jovens que vão para a universidade. Em 2016, a percentagem de jovens adultos de 25-34 anos com títulos de ensino superior subiu até 43 % nos países da OCDE.

Aqueles que vão para a Universidade e não alcançaram a licenciatura, ficam na mesma situação do que os que não começaram, além de terem pago as matrículas e terem deixado de ganhar dinheiro enquanto estudavam. E não são poucos, visto que cerca de 30 % abandonam os estudos começados.

Perante estas perspetivas, cada vez mais jovens que terminam o ensino secundário admitem prosseguir uma formação escolar muito orientada profissionalmente. Na

Europa, a situação tem variado consoante a raiz dos estudos prévios de Formação Profissional. Em países como Áustria, República Checa ou Suíça, mais de 40 % dos alunos de 15 a 19 anos estão matriculados nessa modalidade. A média da OCDE é de 25 %.

A Espanha é um dos países com mais licenciados, mas encontra-se também entre os que têm mais jovens com menos formação: 35 % dos jovens de 25-34 anos não passaram do ensino obrigatório, o que limita muito as suas possibilidades de emprego.

Pelo contrário, na Suíça, os estudos de formação profissional superior atraem cada vez mais. São as chamadas Altas Escolas Especializadas (Hautes Écoles Spécialisées - HES, nas suas siglas em francês), criadas há uns vinte anos e de que existem umas sessenta repartidas por todo o país.

A sua finalidade é que aqueles que têm um título de formação profissional de grau médio, possam fazer estudos superiores de nível de licenciatura ou mestrado, mas com uma formação muito mais prática do que na Universidade. E a fórmula corre de vento em poupa. Segundo dados apresentados no "[Le Monde](#)", no começo do atual ano letivo, 75 000 estudantes optaram pelas HES, contra 150 000 que o fizeram pela Universidade. E o Departamento Federal de Estatística prevê que, daqui até 2025, o número de alunos das HES irá crescer 13 %.

A maioria dos alunos das HES obteve antes um título de formação profissional, em geral, no modelo de formação dual escola/empresa. Mas cerca de 25 % fizeram o ensino secundário geral. Neste caso, antes de se matricularem na HES, têm de fazer um curso de formação profissional. Outros entram para as HES, depois de terem fracassado na Universidade.

O ensino que é dado nas HES está orientado para satisfazer as necessidades económicas das regiões onde têm a sua sede. Os seus tipos de formação são variados (tecnologia e engenharia, economia de empresa, artes aplicadas, hotelaria e restauração, saúde...), mas sempre com uma perspetiva prática que se adapta constantemente.

A maioria dos alunos estuda até ao nível de licenciatura, e depois eles entram no mercado laboral, contratados sobretudo por PMEs, que são o elemento predominante no panorama empresarial suíço. E conseguem colocação muito bem. Segundo um relatório do Departamento Federal de Estatística, ganham em média mais do que os universitários de nível equivalente, e 38 % ocupam cargos diretivos cinco anos depois de terem obtido o título.

A experiência suíça confirma que o título continua a ser importante, mas não qualquer título. Por isso, aqueles que têm formação profissional superior revalorizaram-se à medida que cada vez mais jovens participam no ensino superior.

Se o título é cada vez mais necessário para arranjar emprego, a sua vantagem salarial relativa diminui. Os empregadores tendem a exigir títulos para empregos que antes não exigiam. É um modo de seleção. Mas, em seguida, a remuneração não conhece uma tendência paralela para a alta. Daí não ser estranho que bastantes licenciados tenham tido de ocupar cargos para os quais têm uma qualificação superior ao pedido.

Assim o adverte no caso de Espanha, por exemplo, o último "[Barómetro de empleabilidad y empleo universitario \(2017\)](#)", elaborado com uma amostra de 6738 alunos de 50 universidades públicas e privadas, que fizeram um mestrado a partir de 2013. 30,8 % declaram que o seu emprego atual não exige a obtenção de mestrado. Para muitos, o salário muito menos parece responder ao que haveria a esperar da sua formação. 27 % não ganham mais de 1000 euros; 16,3 % ganham entre 1000 e 1200; 18,4 % entre 1600 e 2100; e 13,1%, de 2100 a 3000 euros mensais.

Estes salários em Espanha podem ser a consequência dos ajustamentos em tempos de crise. Mas também no âmbito da OCDE se observa que a rentabilidade salarial do título universitário caiu. Num cálculo feito pela "[The Economist](#)" (1.2.2018), estima-se que, nos Estados Unidos, dois terços dos trabalhadores com título universitário estão a fazer trabalhos que há cinquenta anos eram desempenhados por não licenciados. Os progressos da tecnologia podem ter feito com que esses empregos exijam mais formação, mas o semanário verifica haver somente uma débil relação entre a maior presença de licenciados numa ocupação e o aumento de salários.

A "[The Economist](#)" cita Andreas Schleicher, diretor de Educação da OCDE, o qual defende que "os países têm falta de competências, não de títulos". A Universidade monopolizou o ensino superior, mas a Universidade não serve para todo o tipo de alunos. E os que não obtêm o título, tiram pouco proveito dos estudos que fizeram. Daí que se estejam a desenvolver cada vez mais cursos curtos de tipo profissional e prático, como os que oferecem as universidades *online*.

A conclusão do semanário britânico é que, de momento, se torna arriscado não ir para a Universidade, embora muitos licenciados venham a acabar por fazer trabalhos que costumam ser feitos por não licenciados.

I. A.

“La identidad cultural no existe”

“Il n’y a pas de identité culturelle”

Autor: François Jullien
Taurus. Barcelona (2017).
107 págs.
Tradução (castelhano):
Pablo Cuartas



Para François Jullien (Embrun, 1951), catedrático da Universidade de Paris-Diderot, “a reivindicação de uma identidade cultural tende a impor-se hoje, em todo o mundo, como regresso do nacionalismo e reação à globalização”.

Em face disso, procura pensar um quadro de distinções – como entre o universal, o uniforme e o comum –, baseando-se em que o próprio da cultura é mudar e transformar-se. Não há para ele uma “identidade francesa” (diga-se o mesmo de qualquer país), mas “recursos franceses” que, se valiosos, ficam à disposição de todo o mundo, mas não pertencem a ninguém

É uma análise muito fina. O universal é algo abstrato. O uniforme é o padrão. O comum é o que se pode partilhar, sem perder cada um a própria singularidade: o universal pode salvar-se se estiver aberto ao comum. Neste sentido, como diz Jullien, a identidade cultural como fixação é um contrassenso, pois uma cultura que não se transforma é uma cultura morta.

Não entro em mais precisões deste texto muito valioso, que faz referência, por exemplo, ao conceito de *écart*. Entende-se nesta análise como diferença, mas não para afirmar uma identidade cultural, mas para que recursos entrem em comparação com outros e, nessa alteridade, nesse *entre*, se dê um enriquecimento mútuo.

Tudo isto supõe refletir. Mas, acrescentaria, a identidade cultural como veículo e arma do nacionalismo não nasce de uma reflexão, obedecendo principalmente a emoções e paixões, quando não a preconceitos. É mais frequente atuar emocionalmente do que fazê-lo depois de pensar.

Sem dúvida que há diferenças culturais, mas só podem existir porque, antes, existe o terreno do comum, o que nos faz a todos nós humanos. Enquistar-se na identidade cultural acaba tarde ou cedo por levar a considerar o outro como inimigo. Desde os tempos antigos que se disse, até se converter em frase feita, que é mais importante o que nos une do que o que nos separa ou diferencia. Mas isso não chega aos factos, precisamente pelo não exercício da razão. E do coração, que faz “entender”, ao mesmo tempo, o singular e o comum.